

Regras claras

BRASÍLIA — Na edição de ontem, o *Estado* publicou reportagem de grande interesse sobre a corrupção, mostrando que, de mazela estritamente doméstica, que cada país buscava resolver da maneira que pudesse ou quisesse — inclusive, ocasionalmente, varrendo a sujeira para debaixo do tapete — o tema ascendeu de maneira irreversível às agendas da política externa e das relações econômicas internacionais.

A referência imediata ao tratar do assunto é, quase inevitavelmente, o episódio recente do relatório norte-americano, com comentários sobre a corrupção no Brasil. Exceto pela deselegância da nomeação específica, que em geral é evitada por outros governos e entidades internacionais (talvez por causa do constrangimento de não poderem se declarar a si mesmos imunes ao problema), a referência serviu para deixar claro que a transparência na gestão pública, em todas as esferas da administração, passa a ser contada com valor explícito num mundo que se globaliza em ritmo crescente.

Num universo em que a competitividade, a eficiência e a velocidade são os determinantes principais do sucesso ou do fracasso, os efeitos danosos da corrupção não são rejeitados meramente por injunções moralistas, mas principalmente por alterarem de maneira subreptícia as regras de um jogo que todos, inclusive os brasileiros, desejam tão simples, claras e conhecidas como as do jogo de futebol. São regras assim que permitem a todos saber quem no campo, jogador ou árbitro, está jogando limpo ou precisa ser punido ou afastado.

As reformas estruturais em curso no Brasil propõem criar regras claras, mais simplificadas, conhecidas. A privatização de empresas estatais, tirando do setor público enorme cabide de privilégios e empregos, atua na mesma direção. Em um e outro caso configuram tendência que opera no sentido contrário daquela que descreveu Gianfranco Pasquino (co-autor, com Norberto Bobbio, do *Dicionário de Po-*

lítica): “A ampliação do setor público em relação ao privado provoca o aumento das possibilidades de corrupção; mas não é só a amplitude do setor público que influi nessas possibilidades, mas também o ritmo com que ele se expande.”

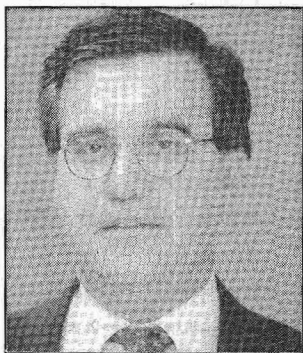
Mas Pasquino não se limita ao institucional ou ao tamanho do setor público. Ensina, ainda, que a corrupção está também relacionada à cultura das elites e das massas, dependendo de uma percepção que tende a variar no tempo e no espaço. Ou seja, não se trata apenas de reduzir as ocasiões que, segundo o dito popular, fazem o ladrão. Trata-se também de reduzir o espírito corporativista, de essência não-democrática, que induz a imaginar-se o indivíduo como membro de casta, com direitos diferencia-

dos aos dos demais; trata-se de buscar construir uma sociedade mais igualitária em termos de oportunidades e da atenção que cada um de seus integrantes recebe do setor público.

No nosso caso, a grande sinalização internacional que nos é feita, de que resultados estão sendo alcançados no combate à corrupção e a outras pragas tão danosas que por tantos anos afetaram a confiança do brasileiro em si mesmo, é a entrada de vultosos capitais de risco no

País. Os relatórios dos empreendedores estrangeiros às suas matrizes — buscando atraí-las para as oportunidades que se abrem aqui — são indicadores mais realistas do que os relatórios de burocratas.

Os resultados de processos de transformação como o que atravessa hoje o País serão necessariamente lentos. Mas, à medida que avançam as mudanças, o exótico (como um programa como *A Voz do Brasil*, de caráter obrigatório, excentricidade que só compartilhamos com Burundi e Cuba); o impróprio (privilégios de toda natureza); o inaceitável (miséria, corrupção, violência policial) passarão a ser encarados com menos complacência pelos integrantes de uma sociedade que cada vez querem conviver menos com o exótico, com o impróprio e com o inaceitável.



■ *Pedro Luiz Rodrigues dirige a sucursal de Brasília*

**A transparência
passa a ter valor
explícito num
mundo que se
globaliza em
ritmo crescente**